

Entre o dito e o não dito: análise do perfil dos usuários de álcool e outras drogas no Brasil

Between what is said and unsaid: analysis of the profile of alcohol and other drug users in Brazil

Entre lo dicho y lo no dicho: análisis del perfil de los usuarios de alcohol y otras drogas en Brasil

DOI: 10.54033/cadpedv21n7-052

Originals received: 06/05/2024

Acceptance for publication: 06/25/2024

Maria Luiza Lopes da Conceição

Mestranda em Política Social

Instituição: Universidade Federal Fluminense

Endereço: Mimoso do Sul, Espírito Santo, Brasil

E-mail: mluizalopesses@gmail.com

RESUMO

Este artigo estuda o perfil dos usuários de álcool e outras drogas no Brasil, oferecendo reflexões baseadas em dados recentes de pesquisas financiadas pelo Estado. A pesquisa inclui uma análise documental e uma revisão de literatura, focando nas categorias de gênero, raça e classe. Os estudos analisados comparam o uso de substâncias entre diferentes gêneros e classes sociais, revelando que o uso, no geral, é mais comum entre homens, embora mulheres usuárias enfrentem riscos significativamente maiores. Além disso, fatores socioeconômicos desempenham um papel crucial, com impactos mais negativos observados na população mais pobre. No entanto, há uma notável ausência de análises sobre a raça, evidenciando uma invisibilidade do quesito raça na intersecção de substâncias psicoativas. Essa lacuna na pesquisa sublinha a necessidade de incluir análises raciais em futuros estudos, para uma compreensão mais abrangente e inclusiva dos padrões de uso de substâncias psicoativas no Brasil, contribuindo para políticas públicas mais eficazes e equitativas.

Palavras-chave: Álcool e Outras Drogas. Classe. Gênero. Raça.

ABSTRACT

This article studies the profile of alcohol and other drug users in Brazil, offering reflections based on recent data from state-funded research. The research includes a documentary analysis and a literature review, focusing on the categories of gender, race, and class. The analyzed studies compare substance

use among different genders and social classes, revealing that use is generally more common among men, although female users face significantly higher risks. Additionally, socioeconomic factors play a crucial role, with more negative impacts observed in the poorer population. However, there is a notable absence of analyses on race, highlighting the invisibility of race at the intersection of psychoactive substances.

Keywords: Alcohol and Other Drugs. Class. Gender. Race.

RESUMEN

Este artículo estudia el perfil de los usuarios de alcohol y otras drogas en Brasil, ofreciendo reflexiones basadas en datos recientes de investigaciones financiadas por el Estado. La investigación incluye un análisis documental y una revisión de la literatura, centrándose en las categorías de género, raza y clase. Los estudios analizados comparan el uso de sustancias entre diferentes géneros y clases sociales, revelando que el uso, en general, es más común entre los hombres, aunque las mujeres usuarias enfrentan riesgos significativamente mayores. Además, los factores socioeconómicos juegan un papel crucial, con impactos más negativos observados en la población más pobre. Sin embargo, hay una notable ausencia de análisis sobre la raza, evidenciando una invisibilidad del criterio racial en la intersección de sustancias psicoactivas.

Palabras clave: Alcohol y Otras Drogas. Clase. Género. Raza.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste estudo é oferecer um panorama e analisar o perfil dos usuários de substâncias psicoativas com base em pesquisas financiadas pelo Estado. Para isso, foi realizada uma análise documental e uma revisão de literatura, focando no período de 2014 a 2021, anos de publicação dos documentos analisados.

O Estado Brasileiro tem fomentado diversas pesquisas para entender o perfil das pessoas que usam álcool e outras drogas. Neste estudo, trabalharemos com as produções documentais mais recentes: o II Relatório Brasileiro Sobre Drogas (2021), o III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas da População Brasileira (2017) e a Pesquisa Nacional Sobre o Uso de Crack (2014).

Não pretendemos realizar uma análise comparativa entre esses documentos, devido a seus diferentes objetivos e metodologias. Nosso foco é

levantar o perfil dos usuários de álcool e outras drogas com base nesses documentos e refletir sobre os dados obtidos.

Por razões metodológicas, dividimos a coleta de dados entre os documentos selecionados. Privilegiamos as informações sobre o uso e dependência de álcool, medicamentos sem prescrição e substâncias ilícitas do III Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas da População Brasileira (2017). Para o consumo de crack, utilizamos dados do II Relatório Brasileiro Sobre Drogas (2021) e da Pesquisa Nacional Sobre o Uso de Crack (2014). O critério de seleção dos dados envolveu a quantidade de informações fornecidas sobre o tipo de substância e a entrevista direta com o usuário como fonte primária de informação. A análise dos dados foi inspirada no método conhecido a partir de Bardin (1977), de análise de conteúdo.

O referencial teórico utilizado concentrou-se nas análises críticas da literatura sobre gênero, raça e classe. O objetivo foi explorar como esses fatores se interseccionam no perfil dos usuários de substâncias psicoativas, além de provocar reflexões sobre como os documentos são elaborados. Dessa forma, acreditamos que o presente estudo fornece contribuições para o campo da saúde mental pois sistematiza e concentra os principais estudos sobre o perfil de usuários de substâncias psicoativas, bem como oferece uma análise crítica dos documentos selecionados

A justificativa teórica deste trabalho se contra na urgência do aprofundamento da compreensão das intersecções de gênero, raça e classe no uso de substâncias psicoativas. O estudo de Araujo e Costa (2017) sinaliza que o uso de drogas é influenciado por questões sociais e econômicas, bem como sinaliza a carência de análises que considerem a abordagem de raça como eixo de análise. A inclusão dessa dimensão favorece um enriquecimento dos desafios enfrentados por pessoas não brancas, especialmente num país historicamente marcado pela escravidão e de desigualdades sociais.

Sob o ponto de vista prático, este estudo poderá contribuir para a formulação de políticas públicas mais comprometidas com a equidade. De acordo com Mendes e Duarte (2018), a compreensão aprofundada dos perfis dos sujeitos usuários de substâncias psicoativas pode orientar melhor as

intervenções e políticas de saúde pública. A sistematização de dados recortes e a análise críticas dos documentos oficiais oferece subsídios para elaboração de estratégias que considerem as especificidades de gênero, raça e classe, promovendo assim uma abordagem mais inclusivas e assertivas no cuidado, tratamento e prevenção do uso de substâncias psicoativas.

2 PERFIL DOS USUÁRIOS E SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E REDE DE CUIDADO EM SAÚDE MENTAL NO BRASIL

O III Levantamento Nacional sobre o uso de Drogas da População Brasileira foi uma pesquisa gerenciada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas (Senad). O Levantamento dos dados ocorreu por amostra em domicílio durante o ano de 2015.

No documento está anexado o extenso formulário de aplicação das entrevistas. Se pudermos definir os eixos resumidamente, classificaríamos como perfil do usuário (idade, sexo, escolaridade, religião, raça e cor, estado civil, orientação sexual e outros); Relação com as Drogas (experimentação, uso, tratamento e outros) e Percepções Externas (uso de terceiros, avaliação de Políticas Públicas e outros). Durante a apresentação do resultado da pesquisa, no que se refere ao perfil do usuário, foram exclusivamente analisadas as conexões do uso de substâncias em relação ao sexo, a faixa etária, a escolaridade e a região.

Segundo o III Levantamento Nacional sobre o uso de Drogas da População Brasileira (2017), acerca do uso de bebidas alcólicas, existe uma prevalência no consumo na vida de pessoas do sexo masculino de 74,3% comparado a 59% das mulheres. Outra característica refere-se ao início do consumo, mais precoce nos homens (15,7 anos) do que entre as mulheres (17,1). Em relação a escolaridade, o uso de bebida alcoólica nos últimos 30 dias e do *binge drinking* foi mais presente entre pessoas com nível superior ou mais 43,9% e 20,4%, respectivamente.

Ainda de acordo com o Levantamento, seguindo os critérios do DSSM – IV, aproximadamente 2,3 milhões de pessoas entre 12 e 65 anos apresentam

dependência do álcool nos últimos 12 meses que antecederam a pesquisa. Esse dado representa 1,5% da população total entrevistada e 3,5% dos indivíduos que consumiram álcool no último ano. Em relação a dependência do álcool, ela também é maior em relação aos homens (2,4%) do que entre as mulheres (0,7%). No quesito escolaridade, a dependência foi maior entre os indivíduos que não tinham instrução ou com fundamental incompleto (6,2%) se comparado aos que possuíam o ensino superior completa ou mais (1,2%) (III Lenad, 2017).

Sobre o uso de alguma substância ilícita na vida, cerca de 15 milhões das pessoas entrevistadas reportaram o uso, enquanto 2,5 milhões informaram o uso nos últimos 30 dias. As substâncias mais comuns são: maconha, cocaína e solventes. Em relação ao sexo desses sujeitos, o uso de alguma substância ilícita na vida, nos últimos doze meses e nos últimos trinta dias foi mais frequente em homens do que pelas mulheres, representando aproximadamente (15% e 5,2%); (5% e 1,5%) e; (2,7 e 0,7%) respectivamente. O uso na vida também foi mais presente nas pessoas com maior escolaridade: No ensino superior ou mais cerca de 16,6% da população afirmou ter realizado o uso de substancias, enquanto o número desce para 8,2% nos entrevistados sem escolaridade ou com ensino fundamental incompleto. Mas em relação aos últimos 12 meses e os últimos 30 dias, não há diferença percentual significativa (III Lenad, 2017).

No que diz respeito ao uso de medicamentos não prescritos por profissionais de saúde ou utilizado de maneira diferente ao prescritos, percebe-se a incidência de benzodiazepínicos (3,9%), a de opiáceos (2,9%) e a classe dos anfetamínicos (1,4%). Dentre todas as substâncias analisadas, essa categoria é a única que apresenta número maior do uso entre as mulheres em relação ao sexo oposto. As mulheres que reportaram usar a medicação de forma não prescrita nos últimos 12 meses e nos últimos 30 dias representaram o percentual de 4% e 1,5% respectivamente. Quanto aos homens esse número representou 2,0% e 0,7%, seguindo os mesmos períodos. Ainda assim, percebe-se que o primeiro contato dos homens foi mais cedo se comparado ao das mulheres, representando 19,8 e 24,2 anos. No quesito escolaridade, o uso de medicamentos não prescritos, com o recorte temporal dos 30 dias que antecederam a pesquisa foi maior em sujeitos com o ensino superior completo

ou mais (1,4%) do que os sujeitos com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto (0,9%) (III Lenad, 2017).

Acerca de outras substâncias, exceto álcool e tabaco, classificam-se como dependentes 0,8% da população geral e uma prevalência de 13,6% entre os sujeitos que consumiram alguma substância nos últimos 12 meses. As substâncias que apresentaram maior índice de dependência foram a maconha, benzodiazepínicos e cocaína. Em relação ao sexo, não existe diferença percentual estatística significativa entre homens e mulheres, os quais representam 0,8% e 0,7% respectivamente. No quesito escolaridade, de forma geral, a dependência de alguma substância foi mais presente entre os sujeitos com escolaridade mais alta (1,3%) – de maneira oposta aos resultados de álcool – mas sem grande diferença estatística com sujeitos com sem escolaridade ou fundamental incompleto (0,9%) (III Lenad, 2017).

O II Relatório Nacional Sobre Drogas é um levantamento que apresenta sínteses de pesquisas acerca de pesquisas relacionadas a essa área temática. O documento é de 2021 e reúne informações sobre o perfil dos usuários de substâncias; perfil dos universitários usuários de substâncias; Infecções Decorrentes do uso de drogas, entre outros (Bastos; Bertoni, 2014). Contudo, apesar da leitura na íntegra do documento, o nosso recorte proposto delimita-se ao panorama do uso do crack.

Os dados do Relatório foram extraídos da Pesquisa Nacional sobre o uso de Crack (Bastos; Bertoni, 2014). No curto resumo do documento, se reúnem informações gerais sobre o uso do crack, trazendo os dados percentuais de prevalência do uso sobre a idade, cor, região geográfica, sexo e condições sociais e de saúde.

Como se trata de documento muito reduzido, a consulta ao Relatório subsidiou a localização de informações importante e da pesquisa mais recente acerca do uso do crack. Assim sendo, os dados aqui sistematizados, retratam também as informações presentes na Pesquisa Nacional sobre uso de crack, que apesar de ser publicada em 2014, ainda é referência no Brasil.

Assim como o III Levantamento, a Pesquisa também é uma parceria entre a SENAD e a FIOCRUZ. Trata-se de pesquisa composta por exploração

etnográfica das cenas de uso e pesquisa epidemiológico, com objetivo de conhecer o perfil dos usuários de crack (Bastos; Bertoni, 2014).

Em relação ao perfil dos sujeitos usuários de crack, a pesquisa de Bastos e Bertoni (2014) registra que são em sua maioria jovens adultos, em média com 28 a 30 anos, majoritariamente homens (78,68%) e grande parte de pessoas pretas ou pardas, as quais representam em média 80%. A situação conjugal sinaliza prevalência de pessoas solteiras 60,64%. Com prevalência da baixa escolaridade, apenas com a proporção de 16,49% apenas dos entrevistados cursaram/concluíram o ensino o Ensino Médio e 2,5% cursaram/concluíram o ensino superior.

Além disso, destaca-se que 40% dos entrevistados estavam situação de rua no momento da aplicação do questionário. Mas esse é um dado, inclusive reconhecido pelo próprio estudo, pertinente a condição de circularidade do estudo, pois foi realizado com usuários em cenas abertas. Acerca da obtenção de dinheiro informada pelos usuários de crack e ou substâncias similares, 65% declarou trabalhos informais esporádicos, seguido por 12,8% que informara “pedir esmolas”. Um achado significativo corresponde a 7,46% que relataram a troca de sexo por dinheiro ou droga. Número maior ao percentual nacional que se declara como profissional do sexo, que corresponde a 1% (Bastos; Bertoni, 2014).

A pesquisa realiza uma análise sobre o consumo e padrões entre homens e mulheres. As mulheres e homens possuem a média estatística muito semelhantes em relação a idade, a cor, trabalho ilícito e escolaridade. Mas, diferenças importantes são evidenciadas. Os homens possuem maior história prévia de prisão, com estatística de 52,50% em relação as mulheres, que representaram 35,43%. Acerca da situação conjugal, o percentual de mulheres casadas é significativamente maior que os homens, correspondendo a 36,28% e 22,29% respectivamente. As mulheres declararam mais frequentemente a situação de rua, com representação de 45,66%, enquanto os homens 37,23%. E os homens são mais vezes Além disso uma proporção importante de mulheres referiu o trabalho sexual ou troca de sexo por dinheiro, comum em 55,36%, proporção muito superior aos homens, presente no percentual de 14,60% (Bastos; Bertoni, 2014).

As diferenças entre os sexos se reafirmam em relação ao comportamento sexual: As mulheres referiram mais vezes a atividade sexual nos 30 dias anteriores à pesquisa com parceiro fixo, representando 66,52%, enquanto os homens 52,16%. Já os homens apresentam atividade sexual eventual mais frequente que as mulheres, 59,94% e 50,10%, respectivamente (Bastos; Bertoni, 2014).

Os números continuam: Mais de 70% das mulheres referiu realizado sexo sem preservativo, enquanto os homens representaram 61,62%. Em relação a violência sexual, por exemplo, os dados apresentam que ela acomete muito mais as mulheres, representando 46,63%, enquanto os homens 7,49%, proporção seis vezes inferior ao sexo oposto (Bastos; Bertoni, 2014). Registra-se também que a maioria dos auxílios-doença foi concedida a homens, representando aproximadamente 95% (Brasil, 2021).

3 VOZES E SILÊNCIOS DOS DADOS: UMA ANÁLISE CRÍTICA

Ler significa reler e compreender, interpretar. Cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam (...)
(Leonardo Boff)

Os eixos que emergem após a leitura dos dados dos documentos oficiais são algumas das possíveis conexões que atravessam o uso de substâncias psicoativas no Brasil. Não temos objetivo de saturar as análises sobre eles, mas fornecer elementos que possibilitem uma análise crítica acerca dos dados. Dois desses eixos, em alguma medida estiveram presentes nos relatórios, mas carecem de interpretação. Um deles, sequer esteve presente na exposição dos dados. E porque não o foi? Vamos a uma interpretação de classe, gênero e raça dos sujeitos em foco. Os quais estão pedagogicamente separadas neste artigo, mas na realidade concreta são imbricadas (Collins, 2015).

3.1 USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS E CLASSE SOCIAL: COMO OS DADOS SE APRESENTAM?

Aqui não temos a pretensão que os documentos analisados compreendam classe na visão marxista. Naturalmente os dados não sinalizam a classe que vive do trabalho e a classe que o explora. Não estamos também dividindo grupos de trabalhadores que ganham mais *versus* trabalhadores sem renda ou que ganham menos numa perspectiva de mérito. Assim sendo, o que faremos é verificar componentes de indicadores socioeconômicos que se relacionam com o uso de substâncias. E relacionar ao debate de como o Estado brasileiro tem fornecido esse serviço aos mais pobres.

Como país periférico, o Brasil perpassa por crises do capital de maneira singular aos países centrais. Aqui se evidenciam a pobreza, marginalização, desemprego, precariedade, violência (Motta, 2018). Esses dados aparecem nos percentuais exorbitantes de usuários de substâncias psicoativas em situação de rua, na informalidade e/ou na ausência do trabalho; e na baixa escolaridade da população usuária de crack (Bastos; Bertoni, 2014).

Essa situação se apoia na noção de como o Estado assegura as políticas sociais. No relatório sobre o uso de crack, por exemplo há uma pergunta sobre o “Relato de ter procurado algum serviço de saúde” (Bastos; Bertoni, 2014). Aqui se vê uma visão do usuário de crack ou similar na perspectiva do agente principal na localização de um serviço de saúde pública. O responsável por essa ação. Em detrimento ao que poderia ser um vínculo entre equipamento e usuário. Acreditamos que “ter acessado” ou “ter sido procurado por um serviço de saúde” daria uma conotação maior da oferta do serviço e menos na perspectiva de culpabilizar os sujeitos pelo não acesso.

Em contrapartida, 80% declaram que usariam o serviço de saúde se estivesse disponível. O que pode contribuir para pensar a ausência de serviços disponíveis ou acessíveis (Bastos; Bertoni, 2014). Sobre isso, no III Levantamento, acerca dos serviços de saúde, o que se observa é um grande percentual de procura de tratamento em Comunidade Terapêuticas e Unidades de Acolhimento, em detrimento aos Centro de Apoio Psicossocial AD (Caps AD) (2021). Ou seja,

a maior parte dos usuários não tem acessado serviços públicos de saúde, e sim serviços terceirizados. Na sua maioria, organizações não governamentais com vínculo religioso e de adoção de medidas de abstinência, criticada por movimentos sociais da Reforma Psiquiátrica (Prudêncio, 2016). Uma tendência do Estado capitalista importar a organizações sociais responsabilidades da esfera pública (Pereira, 2021). A SENAD, financiadora da pesquisa, é também financiadora de parte das Comunidades Terapêuticas no Brasil.

A fragilidade na oferta dos serviços pelo Estado parece refletir negativamente ainda mais nos mais pobres (Pereira, 2021), mas especialmente quando o mais pobre é mulher (Motta, 2014) e negra (Almeida, 2014).

3.2 DISPARIDADE DE GÊNERO NO USO DE SUBESTANCIAS PSICOATIVAS E NA EXPOSIÇÃO A RISCO

Concordamos com Motta (2014, p. 85) quando ela sinaliza que a mulher não é somente explorada no modo de produção, como forma de instrumento da produção. Ela também é instrumento de apropriação. Assim sendo, a apropriação vai além da força de trabalho, se apropria da pessoa inteira.

Existem diferentes formas dessa apropriação que vão além do trabalho, como por exemplo o confinamento no espaço, quando há uma pressão para que fiquemos em casa para cuidar da prole, ou mesmo a pressão de que se sairmos sozinhas nas ruas seremos violadas; a demonstração de força a partir do uso sistemático da violência para disciplinarização, sobretudo as mulheres com comportamentos que desviam das normas estabelecidas; a coação sexual; a legislação que nos impede o direito às decisões sobre nosso próprio corpo. A diferença principal entre apropriação e exploração é que na apropriação está sendo apropriada a pessoa inteira e não somente a sua força de trabalho, colocando uma dificuldade de medir tal apropriação. Dessa forma, enquanto mulheres estamos sujeitas a um outro patamar de espoliação que se não for compreendido e articulado com a exploração de classe obscurece o entendimento das relações sociais.

Acerca dos Relatórios aqui analisados, fica claro que as demonstrações de recorte de gênero (Bastos; Bertoni, 2014 e III Lenad, 2017). Os dados falam sobre a formação do masculino. Para Welzer Lancg (2014) o espaço do masculino é composto pelo hábito, o ideal viril e a heterossexualidade que

formam e enrijecem a identidade e a dominação masculina. Para Collins (2015), essa visão de estereótipos masculino e feminino ainda muda se considerarmos mulheres negras e homens negros. Apesar de nenhum dos dois autores trabalhar com a realidade brasileira, os estudos auxiliam a pensar sobre esses papéis criados no imaginário coletivo.

Os estudos aqui apresentados expõem os dados de diferença de sexo e parecem reconhecer, por assim o fazerem, que existem comportamentos e padrões distintos entre homens e mulheres. Welzer-Lang (2014) defende que essas diferenças, na presença da dominação dos homens, se apresentam de maneira material, simbólica e cultural.

Coadunam com essa perspectiva a maior presença das mulheres que utilizam o crack história de abuso sexual e de maior incidência de venda ou troca de sexo por dinheiro em comparação aos homens (Bastos; Bertoni, 2014)

Do ponto de vista material, isso poderia reverberar, no nosso público em questão, na grande representatividade das mulheres em situação de rua (Bastos; Bertoni, 2014). Ou na discrepância entre a condição de segurada da previdência social e a concessão de benefícios previdenciário entre homens e mulheres (Brasil, 2021).

A saúde da mulher também é prejudicada dada a presença significativa de transmissão de HIV e de histórico reprodutivo permeada de fragilidades, conforme consta nos estudos analisados (Bastos; Bertoni, 2014).

Do outro lado, os homens solteiros, que realizam sexo casual, que parecem possuir maior autonomia sobre o uso de preservativos e que pagam por sexo são maioria (Bastos; Bertoni) 2014. Esses comportamentos, que podem ser classificados na busca por se tornarem o “Grande-homem” nas palavras de Welzer Lang (2014), fazem parte de código de virilidade que se legitimam no mundo do masculino. Assim, o uso de substâncias e bebidas, também poderia estar relacionado ao território masculino, numa homosociabilidade, para permanecer com o termo de Welzer Lang (2014), na “casa dos homens”. Não por acaso a presença muito maior de homens no universo do uso de substâncias psicoativas.

Os homens também são maioria nas atividades ilícitas e com prevalência na história de prisão ao longo da vida. Essas características também encontram-se agrupadas numa masculinidade que distancia-se do que é feminino, onde o que se precisa é diferenciar-se do que parece “de mulher”, dos “femeas”, dos “veados” e do que parece fraco (Welzer Lang, 2014). Essas diferenças simbólicas são elementos que ajudam a estruturar a opressão (Collins, 2015)

3.3 DADOS E INVISIBILIDADE: A DIMENSÃO RACIAL EM QUESTÃO

Uma maneira de desumanizar uma pessoa ou um grupo é negar-lhes a realidade de suas experiências.
(Patrícia Hills Collin)

Importante destacar o que os dados por si só invisibilizaram: O quesito raça e cor como eixo de análise. Talvez esse texto pudesse gerar maior suspense ao leitor se a resposta acerca do que se calam os dados viesse nos parágrafos seguintes. Mas a ausência do recorte racial ao ler o extenso documento do III Levantamento sobre o uso de Drogas e a Pesquisa Nacional Sobre o Uso de Crack (2014) deixaram um debate que é urgente. O quesito raça e cor não foi sistematizado ao longo dos documentos, apesar de ser elemento de construção do perfil nas entrevistas aplicadas. O recorte de raça aparece exclusivamente em percentual quantitativo entre brancos e não brancos, sem tampouco estabelecerem análises maiores.

A trajetória assalariamento da mão de obra escravizada no Brasil acontece no Brasil no século XIX. Esse longo processo de escravização do povo negro, que se inicia no Brasil nos anos de 1500, finaliza sem nenhum tipo de compensação e inserção dessa população nos empregos que se abriram. Não aconteceu uma reparação a esse povo (Motta, 2014) historicamente sequestrados, violentados e que viram seus filhos e filhas serem violentados e violentadas, os quais tiveram sua cultura, religião e ancestralidade reprimidas. A cultura brasileira naturalizou a marginalização, o subemprego, a precariedade e o estigma social do povo negro (Motta, 2014).

Assim, a formação socio histórica do Brasil é marcado pela desigualdade social e assujeitamento de pessoas não brancas. Conforme indica Almeida (2014, p. 150)

Em uma sociedade “racializada” e fortemente marcada pela tradição colonial, o racismo opera, dentre outras formas, para destituir sua vítima da condição humana. Esse exercício diário transforma as pessoas em seres incapazes de reconhecer a dor do outro. O negro é inferior pela sua condição de ex-escravo, cabendo-lhe as migalhas do produto do trabalho, embora tenha, por mais de 300 anos, trabalhado forçadamente sem receber nada por isso. Assim operou a ideologia dominante na colonização, que ainda está presente no imaginário social.

Assim sendo, é difícil acreditar num otimismo onde a ausência de conexões entre raça e cor e uso de substâncias é justificada pela proporcionalidade dos dados entre brancos e não brancos. Apoiar-se na ideia de uma democracia racial¹ no adocimento e no acesso às políticas públicas de saúde parece uma ingenuidade. Ela não se sustenta nem economicamente, nem em representatividade de poder, nem na grande mídia, por que estaria presentem na relação dos sujeitos e no uso de substâncias e seus desdobramentos?

Ainda que, contrariando o que parecem indicar as produções científicas, a conexão entre raça e uso de substancias não indicasse discrepância entre brancos e não brancos, valia, pelo menos, uma nota que explicasse a ausência do dado. Agora, porque invisibilizar o debate? Por que invisibilizar um povo?

Paixão (2003, *apud* Almeida 2014) defende que o racismo é um fator importante para a produção das desigualdades sociais, reverberando na produção de iniquidades entre brancos e negros e no acesso desigual a um conjunto de direitos. Ele é resultado de uma perversa e longa história de exclusão, onde o racismo e o sexismo definem para homens e mulheres negras posições desprivilegiadas na sociedade, de maneira quase intransponíveis (Paixão, 2003, *apud* Almeida 2014). E nesse sentido, identificamos que a posição da mulher preta

¹ O discurso da Democracia Racial foi desconstruído por Florestan Fernandes e outros pesquisadores nos anos de 1950

deva ser ainda mais desfavorável nos desdobramentos do consumo de substâncias. Dado esse que também não foi sistematizado pelos estudos.

As reflexões trazidas à baila por Lelia Gonzalez (1984) e Beatriz Nascimento apud Ratts (2007) demonstram como o mito da democracia racial brasileira possibilitou mascarar os efeitos do racismo, servindo apenas para criar possibilidade da reprodução das desigualdades entre os grupos raciais no Brasil. Dessa forma negligenciar o recorte racial nas análises dos usuários de substâncias subsidia possibilidades de perpetuação de uma desigualdade racial e fragilização da assistência a população negra.

A defesa da sistematização de estatística e indicadores de recorte racial foi realizada por Carlos Hasenbalg (1979), e Carlos Hasenbalg e Nelson do Vale Silva (1988). Sobre isso, Paixão (2003, p. 11-12) afirma que:

Deste modo, a realidade das desigualdades raciais brasileiras passou a ser vista de forma mais objetiva, favorecendo uma ampliação do grau de legitimidade do movimento negro; concomitantemente, tornando incompreensíveis os motivos pelo quais os afro-descendente passam um século à margem de quaisquer políticas ativas de integração social, por parte do Estado e, o que é pior, com anuência da quase totalidade das organizações da sociedade civil brasileira.

Para que não pareça exagero pensar no racismo como elemento provocador de iniquidades raciais e a defesa de análises de indicadores com recorte racial como provocador de repensar as políticas públicas, (Marinho; Cardoso; Almeida 2011, p. 26-38) – analisam os dados fornecidos pela Associação Brasileira de Transplantes de Órgãos (ABTO). Os dados demonstram que dos transplantes de fígado, coração, pâncreas, pulmão e rins há divergência na proporção do sexo e na cor. Homens brancos estão sempre a frente, enquanto mulheres e negros são minoria nesses procedimentos. 'Na hora que funciona, quem se apropria são as pessoas mais bem posicionadas socialmente' (Marinho, 2011, s.p.). Nesse sentido, trazer informações raciais na intersecção em saúde é urgente, inclusive na sua relação com álcool e outras drogas.

4 CONCLUSÃO

Existe uma realidade dura para os usuários de substâncias psicoativas, especialmente os que consomem crack, enfrentando vivências de risco que não podem ser ignoradas e demandam assistência do poder público. No entanto, observa-se uma tendência de privilegiar espaços privados de tratamento com financiamento público, como as Comunidades Terapêuticas, em detrimento do fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial, sugerindo a necessidade de um retorno do movimento Antimanicomial. Além disso, há um posicionamento político na escolha da metodologia de análise, que pode favorecer certos grupos em detrimento de outros.

Embora o recorte de classe e gênero pareça contemplado em alguma medida, é crucial questionar por que as pessoas mais pobres e as mulheres enfrentam situações mais desfavoráveis. A ausência de estudos raciais e a falta de sistematização dos dados sobre pessoas pretas e pardas destacam um longo caminho a percorrer na visibilidade das lutas raciais, refletindo tendências históricas de invisibilidade.

Este estudo não apenas apresenta implicações significativas para a academia e a sociedade, ao sistematizar e analisar criticamente os dados dos mais recentes relatórios nacionais sobre o uso de drogas, mas também enriquece o campo da saúde mental e das políticas públicas. Ele desafia discursos hegemônicos que historicamente marginalizaram certos grupos sociais, proporcionando uma base empírica robusta para políticas públicas mais alinhadas com a realidade nacional.

No contexto acadêmico, este trabalho pode catalisar debates críticos sobre metodologias de pesquisa e a necessidade de uma abordagem interseccional mais profunda nos estudos sobre uso de substâncias psicoativas, área ainda carente de estudos empíricos substantivos. Limitações surgem da diversidade nos objetivos e metodologias dos estudos analisados, impedindo comparações diretas entre eles e a identificação de tendências temporais ou variações regionais no uso de substâncias, destacando a urgência de atualização dessas pesquisas.

Em suma, os resultados deste estudo não apenas elucidam as condições precárias enfrentadas pelos usuários de drogas no Brasil, mas também indicam caminhos para uma transformação social e acadêmica mais justa e equitativa, engajada nas lutas anticapitalista, feminista e antirracista.

AGRADECIMENTO

Este trabalho foi financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradecemos à CAPES pelo suporte financeiro, que foi fundamental para a realização desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. D. S. Desumanização da população negra: genocídio como princípio tácito do capitalismo. **EM PAUTA**, Rio de Janeiro, n. 34, v. 12, p. 131-154, 2º semestre 2014.

ARAÚJO, R. S.; COSTA, M. C. Fatores Sociais e Econômicos no Uso de Drogas: Uma Revisão Crítica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 45-63, 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BASTOS, F. I. P. M.; BERTONI, N. (Org.). **Pesquisa Nacional sobre o uso de crack**: quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? quantos são nas capitais brasileiras? Rio de Janeiro: ICICT, 2014.

BASTOS, F. I. P. M.; BERTONI, N. *et al.* (Org.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ICICT, 2017.

BRASIL. **III Relatório brasileiro sobre Drogas**: sumário executivo. Emérita Sátiro Opaleye *et al.* (Orgs.). Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas, 2021. 49 p.

COLLINS, P. H. **Reflexões e práticas de transformação feminista**. Renata Moreno (org.). São Paulo: SOF, 2015. 96p. (Coleção Cadernos Sempreviva. Série Economia e Feminismo, 4)

MENDES, A. A.; DUARTE, P. C. Políticas Públicas e Saúde: O Desafio do Uso de Drogas no Brasil. **Saúde em Debate**, v. 42, n. 116, p. 11-22, 2018.

MOTTA, D. M. Do universal ao específico: entrelaçando gênero, raça e classe. **Cadernos Cemarx**, n. 11, 2018.

MARINHO, A. Porta terra: negros e mulheres têm menos acesso a cirurgias, aponta Ipea. **IPEA Imprensa**, Brasília, 8 jul. 2011. Entrevista concedida no site do IPEA. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9263:porta-terra-negros-e-mulheres-tem-menos-acesso-a-cirurgias-aponta-ipea&catid=159:clipping&Itemid=75

MARINHO, A.; CARDOSO, S. S.; ALMEIDA, V. V. **Desigualdade de transplantes de órgãos no Brasil**: análise do perfil dos receptores por sexo, raça ou cor. Texto para discussão. Brasília: DF, IPEA, 1629, 2011. 40 p.

PAIXÃO, M. **Desenvolvimento humano e relações raciais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. [Coleção Políticas da Cor].

PEREIRA, C. P.; PEREIRA P. A. Cobiça capitalista, pandemia e o futuro da política social. ISSN 2176-957. **Argum.**, Vitória, v. 13, n. 1, p. 40-52, jan./abr. 2021.

PRUDENCIO, Juliana Desiderio Lobo. **A construção das redes de atenção aos usuários de álcool e outras drogas na saúde mental de municípios da Baixada Fluminense do Estado do Rio de Janeiro**. Tese. 2021. Doutorado em Política Social. UFF. Niterói. 2019

WELZER LANG, D. **A construção do masculino: Dominação das Mulheres e Homofobia**. Estudos Feministas. 481 2/2001.